

O Renascimento*

ELISÉE RECLUS

Enquanto a força viva da civilização se dedicava ao descobrimento do mundo, voltava-se também para a reconstrução social interna, num grande sentimento de unidade humana, muito diferente da união fictícia obtida pela comunidade, puramente verbal, dos dogmas religiosos e pela hierarquia do clero católico.

Costuma-se chamar de “Renascimento” ao período de emancipação intelectual que se produziu nos séculos XV e XVI, sob a dupla influência do aumento do saber no espaço e no tempo. Os descobrimentos realizados na China e no Extremo Oriente por venezianos, na África e nas Índias por portugueses, depois no Novo Mundo pelos espanhóis e todos os navegantes da Europa Ocidental ampliaram os limites do horizonte terrestre ao tempo que se aumentou o vôo da imaginação e da audácia do pensamento; ocorreu o mesmo com a erudição pela reaparição da literatura antiga que unia os séculos presentes aos séculos passados por cima das origens mesmas da Igreja. A humanidade se engrandeceu duplamente: por um lado tomou posse de todo seu domínio terrestre sobre a redondeza completa do globo e por outro apoderou-se de sua herança greco-romana desde as origens de sua história. Semelhante época bem merece ser designada de uma maneira especial na sucessão das idades.

Não obstante, a palavra “Renascimento” tem apenas um valor relativo, porque antes do século XV, antes da fuga dos gramáticos de Constantinopla levando seus livros para o Ocidente, as letras latinas jamais cessaram de ser cultivadas em Roma e nas Gálias: Virgílio até havia sido venerado nesses países na mesma altura dos padres da Igreja, quase divinizado. Não tinha havido o Renascimento italiano com um século de emancipação tendo Petrarca por precursor e não havia sido precedido ele pelo Renascimento árabe, durante o qual os mouros, os judeus, os levantinos levaram para a Europa o conhecimento da Ásia oriental, suas condições geográfi-

* El Hombre y la Tierra, volume 4, capítulo XI, Casa Editorial Maucci, Barcelona, s/d. Tradução de Ruy Moreira, do Departamento de Geografia, UFF

cas, sua população, seus produtos e sua história? Em todas as épocas houve “renascimentos” de um valor mais ou menos decisivo. Antes daquele que correspondeu aos descobrimentos de Gutenberg e de Colombo, costuma-se citar o de Carlos Magno, depois do século XII, que, excitado pela filosofia da antigüidade, teve a vantagem de não ser dominado por ela, como o estará sendo o grande Renascimento.

Assim como são frequentes as emigrações e deslocamentos de comarca a comarca, dando lugar a fenômenos de ordem muito diferente da rotina das coisas, assim também podem-se realizar saltos de séculos a séculos sobre as idades intermediárias, dando às idéias antigas uma nova juventude: há descendências que não reflorescem senão depois de alguns intervalos de decadência e de esterilidade. Assim sucedeu com a literatura, a filosofia e a moral dos antigos, ao sair da sombria época da Idade Média.

Na Itália foi principalmente onde a evolução da ciência e da arte, seguindo novas vias, manifestou-se da maneira poderosa capaz de receber o nome de “Renascimento”: até designou-se por *quattrocento* a seu evento, expressão aplicada a todos os progressos do saber humano realizados na Itália durante o curso do século XV¹.

Fato relacionado com o Renascimento, naquela época, desaparecia a comuna municipal italiana, substituída em todas as partes pelo governo de um senhor. Uma única cidade conservava sua forma republicana, Veneza, separada da terra firme por lagunas e à qual condições especiais de política externa criavam uma vida completamente diferente da das outras cidades italianas.

As causas da decadência e da ruína definitiva das comunas da Itália são fartos de evidência. Dividida em castas inimigas, cada uma delas consome suas forças em lutas internas, e, como ocorre sempre, a camada oprimida, quando a ocasião se apresenta, busca seus aliados no exterior; a nobreza urbana se apoia na nobreza estrangeira; os comerciantes ricos celebram alianças com os comerciantes poderosos de fora; o povo recorre às classes populares das cidades vizinhas, a menos que, em sua imprudência, não introduza dentro das muralhas algum senhor poderoso que lhe aplaque as paixões, ou aclame algum rico que distribua com largueza sua fortuna. Cada casta não vê mais que seus interesses particulares e nas cidades onde o equilíbrio se estabeleceu pouco a pouco, a comuna municipal não tem outro ideal que não ela mesma, e não compreende que se não se defende a liberdade de todos, a sua também está comprometida. Os exemplos de mais alta apreciação das coisas são raros nos anais das cidades. Quando em 1289 Florença liberou seus camponeses da servidão, “porque a liberdade, direito imprescindível, não pode depender do arbítrio alheio”, esta nobre atitude pouco foi imitada pela

¹ Philippe Mounier, Les Quattrocento, Essai sur l’Histoire littéraire du XXe. Siècle italien, 2 volumes.

própria Florença na sua relação com Pisa. Poucas repúblicas foram magnânimas na compreensão de seus verdadeiros interesses.

E se as comunas municipais estavam destinadas a perecer em lutas internas, estavam-no também pelas guerras contínuas que sustentavam contra as cidades próximas. Florença se torna inimiga de Pisa porque esta lhe toma o mar e com Siena porque lhe fecha o caminho para Roma. Milão censura Pavia, Cremona e Brescia que lhes disputam poder e diminuem parte de suas riquezas. Tanto em Lucca em 1548, quanto em Milão em 1447, o povo não quis ouvir falar de uma federação de cidades em que todas tivessem os mesmos direitos.

Tantas eram as ocasiões de conflito, que a comuna municipal não tinha tempo de lutar por si mesmo, e havia de confiar tal tarefa a especialistas, cujo ofício consistia justamente em alugar seus serviços a um príncipe ou a uma cidade para combater por si, ganhar vitórias ou sofrer derrotas por ela. Aquele que sentia em si a audácia necessária, o gosto pela rapina e o gênio das aventuras, tratava de reunir um bando de pícaros tão pouco respeitosos tanto com a vida humana quanto com os frutos do trabalho. Vendia-se ao quem lhe oferecia mais, e se o inimigo a quem combatera ontem lhe oferecia mais que seu aliado de ontem, mudava de partido e penetrava como vencedor na cidade que acabara de defender. Jamais se decidiu de modo mais brusco a loteria da guerra, por golpes inesperados, que sob o regime dos *condottieri*. Alguém que chegasse a ser senhor absoluto de uma antiga comuna livre tornava-se uma fera terrível, tinha-se que conformar com a esperança de que seu filho ou algum rival afortunado fosse um bom príncipe, generoso e magnânimo. Vive-se entregue à casualidade, aos laços da sorte, segundo o resultado das batalhas, das traições e das matanças.

Porém o impulso da liberdade que havia constituído as repúblicas, as comunas municipais e as ligas contra o feudalismo devia ser prosseguido logicamente, até a emancipação do indivíduo, e o homem do século XV tratou de desprender-se da sociedade ambiente para descobrir-se na plenitude de sua força e beleza. Produziu-se uma espécie de paralelismo entre o período do Renascimento italiano e a grande época da floração helênica. Com dois mil anos de intervalo, se vê o homem tratando de realizar seu ideal em força, elegância, graça pessoal, ao tempo que desenvolvia-se em seu valor intelectual e saber. Tal é o movimento do “humanismo” em seu sentido profundo: o indivíduo tende a manifestar-se em todo o esplendor de sua pessoa, desembaraçado das múltiplas travas dos costumes e das leis. Não há dúvida que esse aperfeiçoamento só é acessível a um restrito número de eleitos, porém já é muito em tentá-lo, tendo em conta além disso que o conjunto da sociedade modela-se sempre sobre os tipos que lhe dão seu caráter, e, por assim dizer, são suas almas.

Assim, apesar das tiranias locais, apesar das guerras civis e estrangeiras, apesar do redemoinho político em que giravam os Estados, a época do Renascimento não deixa de ser uma das mais notáveis da história, porque o valor das sociedades se mede pelas individualidades fortes, conscientes de si mesmas, que nelas surgem.

A humanidade futura, tal como deve prepará-la uma educação viril, se comporá de tais homens, cada um dos quais poderá bastar-se a si próprio e recriar o mundo ao seu redor.

O movimento do grande século do Renascimento, prosseguindo a seu antecessor Petrarca, foi algo de alcance muito maior que o de criar “humanistas” no sentido estrito desta palavra: homens que compraziam sua glória em falar belo latim e que viam no barbarismo o cúmulo do opróbio. Porque o humanismo em sua mais alta concepção consistia, conforme seu próprio nome indica, no conhecimento e adaptação de tudo o que é humano, de tudo o que eleva o homem a seus olhos, e o mostra não só na prática de uma bela linguagem – *dicendi peritus* – mas também no exercício de toda a bondade: nobre, generoso e magnânimo. E como a literatura antiga, grega e latina, contém, sob a forma mais bela, os pensamentos mais profundos e a mais alta moral; como todo o tesouro das aquisições humanas se encontra reunido naquela literatura, a atenção exclusiva dos homens do Renascimento se fixou nos escritores da antiguidade clássica.

A revolução que se produzia nas inteligências era, em sua verdadeira natureza, essencialmente religiosa: o homem, cessando de ser vítima do pecado original, recobrava sua pureza primitiva e seu direito de degustar livremente dos frutos do paraíso; apesar da proibição antiga, promulgada por todas as Igrejas que se sucederam na história, tinha direito sobre toda a árvore da ciência: inocência e ignorância haviam deixado de ser sinônimos. Nem todos os humanistas foram homens de grande caráter; entre eles houve aqueles sem consistência e dignidade, hipócritas, adutores e parasitas, e sua ação educadora foi por isso apequenada; mas nem por isso deixaram de produzir novos conhecimentos, nem foi obstáculo para que abrissem escolas, nem para que representassem a ciência contra os que, com São Paulo e Santo Agostinho, recriminavam contra a “absurda fé”.

A despeito do quanto se diga, a Idade Média, em seu conjunto, odiava os livros, e os religiosos que os amavam apesar de tudo, por instinto espontâneo, haviam sido zelosamente vigiados como favorecedores de uma rebeldia oculta. Não obstante, alguns nomes de conventos, como o de Monte Cassino, suscitavam a idéia de livros e manuscritos; a palavra “benedictinos” produz a ilusão, tão comum entre os que vêm as coisas por ordem e em confiança, que os monges da Idade Média eram aplicados ao estudo, à leitura, à cópia de manuscritos, e que a eles devemos a preciosa herança da literatura antiga; erro que não leva em conta o estado geral da sociedade durante aquela obscura época, nem a estreiteza de entendimento que forçosamente engendra em toda comunidade a rígida observância das regras que têm por único objetivo a diminuição da iniciativa pessoal. Ademais, o zelo do apóstolo Paulo, que fez queimar os livros de Éfeso, animou durante muito tempo os pontífices penetrados do fervor primitivo. Eis aqui o que pelo fim do século VI Gregório, o Grande, escreveu para um bispo: “Se me cabe dizer, e não posso repeti-lo sem envergonhar-me, vossa Fraternidade ousou expor a outros os princípios da gramática... Coisa grave e vergonhosa é que um bispo se ocupe de

tais futilidades, indignas dos religiosos e dos laicos”. E muitos bispos descuidavam, com efeito, dessas coisas mundanas da instrução: não se havia dado o caso de que o Concílio da Calcedonia, em 451, tivesse de recorrer à amabilidade de seus amanuenses para atestar sua aprovação aos decretos que não sabiam firmar por si mesmo? Entre os monges beneditinos, cujo nome veio a ser sinônimo de homens de estudo, graças aos religiosos eruditos dos séculos XVII e XVIII, a regra não exigia que o irmão soubesse ler nem escrever, nem lhes prescrevia instruir-se nos segredos do alfabeto durante seu ano de noviciado. Entre os monges de Cîteaux, a norma para os que se dedicavam à leitura era não ler mais que um só livro por ano e copiar os manuscritos cuidando-se de adorná-los com o menor desenho², esse trabalho profano encarregando-se aos desenhistas e pintores de fora.

Quão pobres em livros eram, durante os séculos da Idade Média, os mais ilustres mosteiros! O mais rico de todos, em 1472, às vésperas do Renascimento, é o de Clairvaux, que, segundo D’Arbois de Jubainville, continha 1.714 volumes. Nossa Senhora de Paris não possuía em 1297 mais que 97 obras, enquanto que naquela época, no Cairo, a biblioteca dos Fatimitas tinha, segundo Quatremere, mais de dois milhões e meio de volumes! É verdade que a biblioteca do Vaticano excedia a todas as demais da Europa: sob Sixto IV se compunha de 2.546 volumes. Recordar-se-á a visita feita por Bocaccio ao que restava no século XIV da biblioteca do Monte Cassino: nela só encontrou livros mutilados; os monges raspavam então os cadernos, cortavam as margens e faziam pequenos salmos para os meninos e as mulheres³. Dessa maneira, muitas obras da antigüidade greco-romana, que existiam dos séculos X ao XII, perderam-se antes dos dias luminosos do Renascimento, e se naquela época puderam felizmente os eruditos encontrar grande número delas, isso se deve a que as buscaram e as fizeram aparecer de novo sob a capa dos livros das orações, de receitas ou fórmulas sem valor, cujas folhas haviam sido arrancadas.

Ainda antes do descoberta da imprensa, haviam começado os humanistas a grande obra da conquista literária e científica que, na sequência, havia de prosseguir-se sem trégua; despertou-se o sentido da continuidade na história e houve eruditos que trataram de ligar os acontecimentos dos tempos antigos com os dos modernos, passando por cima do período obscuro da Idade Média. Flavio Biondo, o autor da primeira obra de reconstrução arqueológica de Roma⁴, buscou repetir na Itália a tentativa de Ibn Khaldun entre os maometanos da Mauritania um século antes dele, porém com mais amplo critério, com uma concepção mais elevada e filosófica. O historiador árabe-berbere havia tomado por objeto de seus estudos o desenvolvimento da civilização no conjunto da humanidade, porém,

² D’Arbois de Jubainville, *De intérieur des Abbayes cisterciennes*, p. 62

³ Benvenuto de Imola, citado por Philippe Monnier.

⁴ Roma Instaurata, 1446

ainda que dizendo crer haver sido o único que se ocupara dessa “ciência nova”, acrescenta modestamente que possa ter-se enganado, porque “há tantas ciências e têm existido tantos sábios nas diversas nações! Onde estão os conhecimentos dos antigos persas? Onde as ciências dos caldeus, dos sírios, dos babilônios, com seus monumentos”?

Essa ressurreição do passado, que Ibn Khaldun, acreditava impossível, acabou por realizar-se alguns séculos depois dele, graças aos atuantes investigadores do Renascimento, como Aldo Manucio, que se ocuparam com a atividade incessante de restituir ao menos o tesouro literário de Roma e da Grécia, e que, com extrema inteligência e sagacidade adivinhatória, souberam discutir os textos e restabelecê-los em sua pureza primitiva. Assim se desenvolveu o sentido crítico; primeiramente sobre os problemas de pontuação, de ortografia e de palavras; depois sobre as mais altas questões da história e da ciência em seu conjunto. Desse estudo escrupuloso de diferentes e contraditórios manuscritos nasceu o livre exame das doutrinas igualmente diversas e opostas.

Os italianos não haviam esperado o êxodo dos gregos de Constantinopla para tomar posse da herança helênica. Ademais, já nas vésperas do Renascimento, o elemento grego, que dois mil anos antes havia alimentado a escola de Pitágoras e outros colégios de ciência e de filosofia na Grande Grécia, se conservava todavia no sul da Itália, por influência de Constantinopla, que havia permanecido sendo a soberana do país até o final do século XI, e não havia deixado de enviar-lhe numerosos fugitivos. O velho idioma iapígio da população primitiva aparentada com os pelasgos havia-se acomodado tão bem à cultura grega, que a língua romaica não se havia extinto por completo na extremidade meridional da terra de Otranto e da Calábria. Não é no fundo grega pelo caráter do pensamento a pátria de Giordano Bruno, de Campanella e de Vico?⁵

No entanto, a restituição da literatura e do pensamento gregos à época do Renascimento não se fez na Itália meridional, todavia meio helênica de origem: devia cumprir-se naturalmente na parte setentrional da península, onde a história teve sua mais rápida evolução. Florença, que era então o verdadeiro centro da Itália artística e sábia, “Florença, a cidade que foi a flor das cidades”⁶, chegou a ser como uma nova cidade grega.

Florença acrescentou a sua obra artística tanta imaginação e gênio criador como a grande Atenas, ainda que com menos variedade e riqueza. Parecia desanimada, cansada da ação e não se rebelava contra a dominação estrangeira. Fala-se⁷ que seu coração não estava ao nível de seu gênio; porém, não seria isso mais porque seu ideal estava acima de todas as coisas da terra e que as miseráveis dis-

⁵ Fr. Lenormant, *La Grande Grèce*, XI, p. 65; - E.Nys, *Autour de la Méditerranée*, p. 4

⁶ J. Ruskin

⁷ G. Perrot, *Revue des Deux Mondes*, Novembro 1870

putas dos homens não podiam empanar sua pureza diamantífera? Os poetas, desde Pulci e Bojardo até Ariosto e Goldoni; os pintores, desde Perugino até Corregio, todos mostram a mesma serenidade. Durante o saque de Roma, o parmesano pintava todavia quando os lansquenetes (soldados mercenários alemães) penetravam em seu atelier. “Busque, disse Quinet, nas virgens de Andrea del Sarto e de Rafael, o triste olhar da Itália escrava, violada, despojada e faminta, e encontrareis nelas o olhar do bem-aventurado que sobe ao céu, não o desespero de uma queda política”. Da Itália, pela história de sua arte e de seu pensamento filosófico e político, saiu a primeira do círculo estreito da nacionalidade propriamente dita, confiando-se sem defesa ao espírito da civilização, ao gênio da humanidade: a pátria dos italianos durante muito tempo foi o universo⁸.

Florença, a cidade luminosa por excelência, havia-se transformado na capital desde os Médices. Os ricos mercadores, haviam sabido tomar o poder real, ainda que desdenhando o título. Em nenhuma parte foi a vida do burguês e do letrado mais esplêndida, mais alegre e ao mesmo tempo mais nobremente embelezada por sua grandeza das artes e da elegância da palavra, em prosa e em verso, no latim flexível e fluido, que voltou a ser a língua viva e quase maternal, e no grego sonoro e correto. Os cortesãos, os oradores, os gramáticos e os poetas que gravitam ao redor de Lourenço, o magnífico, tinham plena consciência de viver em uma época gloriosa entre todas, digna de ser comparada com a que viveu o esplendor de Atenas. Marsile Ficin, um dos homens mais ilustres do grupo, exclama com felicidade: “Este é um século de ouro: deu novamente a luz às disciplinas liberais quase extintas, a gramática, a poesia, a oratória, a pintura, a arquitetura, a música, a arte de cantar sobre a antiga lira de Orfeu, e tudo isso em Florença”. Escreve a um amigo convidando-o a estabelecer-se na nobre cidade, e lhe diz: “Sê ditoso, sê florentino!”.

Durante aquele belo século do Renascimento, naquela formosa comarca da Itália não estavam reservadas as alegrias do estudo à flor única do talento dos privilegiados, príncipes e filhos de príncipes; também se faziam partícipes delas o povo e as crianças, as escolas sendo transformadas em ambientes movimentados e de edificação dos homens livres da sociedade moderna. Exemplo, a escola que Vittorino Rabaldoni fundou, perto de Mântua, em uma planície “ornada com árvores e fontes”. Na extensa casa, adornada com afrescos e flores, meninos vindos de todos os países e pertencentes a todas as classes sociais, viviam como irmãos, felizes, sem temor aos azares. Vittorino, cujo rosto era tão simpático “que curava os enfermos”, sabia tornar a ciência agradável e o jogo instrutivo, de tal modo que seus discípulos trabalhavam quando dançavam, saltavam, cantavam, montavam a cavalo, percorriam as montanhas, e se divertiam quando recitavam fragmentos de obras de Virgílio, escreviam latim ou improvisavam discursos. O

⁸ Paul Ghio, *L'Anarchisme aux Etats-Unis*, p. 148

educador havia compreendido que as diversas partes do ser devem desenvolver-se paralelamente, a inteligência renovada pela variedade dos estudos, o corpo restaurado pela diversidade dos alimentos e todo o defeito físico corrigido; assim se obtinham a força e a resistência, a beleza e a graça.

Compara-se com essa morada ditosa os antros em que os alunos, submetidos à rotina de torturas, tinham que pagar todas as faltas pelo suplício do açoite, tratamento que tem tantos admiradores na Inglaterra. Um escritor, penegirista da Idade Média, trata de mostrar-nos essa educação feroz sob um aspecto poético, descrevendo a “Festa das Varas”, que pais e mestres, conduzindo seus filhos e alunos, celebravam na Alemanha durante um dia formoso de verão. Sob o olhar severo das pessoas maiores, os escolares iam ao bosque tirar a provisão de varas que haviam de servir para golpear sua carne; se lhes obrigava a escolhê-las flexíveis e fortes, de bétula, e cada um havia de conduzir seu molhe. Depois dos jogos e da comida campestre sobre a erva, os meninos entravam na cidade cantando a “Canção das Varas”, oferecendo a lembrança dos gladiadores que se inclinavam ante a César que, com um sinal, os fazia morrer⁹.

Aproximando-se da verdade científica, a Itália, a Europa com ela, se distanciou da fé. É indiscutível que as velhas formas tradicionais do culto mudam. E até a arte, mesclando-se mais à vida popular, faz com que as festas religiosas ganhem em brilho, em esplendor e em riqueza; porém a indiferença, mais ainda que as heresias, separa gradualmente da Igreja os homens instruídos das coisas da antiguidade; um dos neo-platônicos chegados a Florença, Gemisto Plethon, professava sem causar escândalo entre seus amigos que a religião futura não seria “nem Cristo nem Maomé, e não diferirá essencialmente do paganismo”. A autoridade do soberano pontífice havia singularmente se debilitado, sobretudo nessa mesma Itália, da qual era um dos príncipes temporais. O território de Roma vinha a ser um principal secularizado, onde antes de tudo predominavam interesses políticos e mundanos, apoiando-os muito mais sobre a força guerreira e a astúcia que sobre exortações religiosas. Humanistas e colecionadores de manuscritos como outros potentados da Itália, os papas, em sua maior parte hostis a todo zelo religioso, limitavam-se a consagrar-se às tradições da cúria. Quando morreu Nicolau V, o poeta Filelfo ponderou sobre todo o desespero de Apolo e das musas, e, depois, quando Portugal e Espanha tramavam junto aos notários do papa para fazer-se adjudicar a melhor metade do globo, Alexandre VI, ocupado de seu Estado, sua família, seus negócios privados, ignorava os grandes interesses que fazia nascer na Europa o novo equilíbrio do mundo. Em Roma, o cardeal Jacopo Ammanati, buscando um preceptor cristão, só pode encontrar letrados. A palavra “virtude” chegou a ser sinônimo de mérito excepcional no uso do latim.

⁹ J. Janssen, *L'Allemagne à la Fin du Moyen âge*.

E precisamente por uma estranha ironia das coisas, na época em que a autoridade do papa cessou de ser reconhecida no Ocidente, procedeu-se à cerimônia de uma suposta volta da Igreja do Oriente à submissão do pontífice de Roma. Em Ferrara reuniu-se um concílio que, devido à peste, transferiu-se para Florença, onde, fazendo gala de erudição, de dialética e de eloquência, os letrados mais notáveis da Igreja grega e da Igreja latina proclamaram a união dogmática entre as duas partes da cristandade. Na nave de Santa Maria Nova erigiram-se dois tronos elevados à mesma altura, o do papa de Roma, Eugenio IV, e o do imperador do Oriente, João Paleólogo. Os grandes dignatários rodearam os dois tronos, os sacerdotes de ambos cleros oficiaram, a multidão aplaudiu e se prosternou. O tratado de união, redatado nas duas línguas, foi lido e jurado solenemente e, convertido em letra morta, foi levado para os arquivos. Essas belas festas de reconciliação religiosa, celebradas em 1439 na cidade que era o foco mesmo do humanismo, não tiveram nada de religioso; foram essencialmente pagãs e como a alegre e amorosa saudação dirigida aos grandes gênios da antigüidade grega, novamente aparecidas entre os homens.

O relaxamento da piedade católica permitiu à sociedade pensante voltar à natureza e interromper por certo tempo as práticas de ascetismo; estas tiveram, sem dúvida, seu curto período de reaparição vitoriosa quando ao final do século XV, Jerônimo Savonarola, rodeado de seus adoradores, ditou leis à mesma senhoria de Florença e, voltando à tradição de São Paulo, fez queimar quadros, instrumentos musicais e obras de literatura profana, entre outras os *Contos* de Bocaccio. Porém essa crise de fé aguda e de penitência durou apenas quatro anos, e Savonarola por sua vez foi queimado por ordens do papa Alexandre VI pelo crime de demasiado ardor em seu fervor por Deus.

É certo que o movimento do Renascimento, tomado em seu conjunto, determinou a emancipação da sociedade civil unindo-a à cultura antiga sobre e através das idades cristãs, e por ele a mulher, metade da humanidade, reconquistou então praticamente uma débil parte da vida social que lhe havia negado a Igreja, e pôde sair do círculo da família e da sombra das abóbadas e conventos; grande número delas até chegou a ser célebre por seu conhecimento, seu gênio inventivo e sua energia; em muitas famílias nobres, as filhas participavam plenamente da educação de seus irmãos.

A maldição que a Igreja cristã havia pronunciado contra o corpo, considerado como o assento da paixão vil, cessou de pesar sobre os nomes: “Os mil anos de ignorância e sujeira” com que Michelet resume a Idade Média, tiveram, enfim, seu fim. Foi aquela uma grande revolução, a mais importante que determinou o Renascimento, porque representa a queda do dogma terrível do pecado original que havia apodrecido a humanidade cristã, ensinando-lhe a depreciar seu corpo ou a ver nele o receptáculo de todos os vícios. O castigo da primeira culpa entranhava forçosamente o horror à “carne” contrastando com a alma imortal e, na prática da vida, esse desapareço do corpo não foi outra coisa que a sujeira: os parasitas, as

úlceras e as chagas estiveram em honra preponderante; teve-se a glória de elevar a Deus mãos purulentas, atrair seu olhar sobre membros atrofiados ou escorrendo pus. Nos campos franceses, submetidos durante quatrocentos anos à disciplina eclesiástica, foi até uma época recente um dever para os fiéis não “lavar a água do batismo”: por uma depravação estranha, o mesmo símbolo da purificação acabou por servir de pretexto à impureza. Todavia, em nossos dias, os mongóis param de lavar seus vestidos durante todo um ano ¹⁰ quando uma desgraça pública, a perda de uma colheita, por exemplo, testemunha a cólera celeste; sua mentalidade não mudou desde a visita de Rubruck, que assegurava que um banho bastaria para que caísse um raio. E, voltando às terras cristãs que a dominação dos monges fez com que se parecessem tanto com as terras dos mongóis, não se viu a Igreja espanhola proibir o uso da água pura? Em 1467, o cardeal Espinosa pôs termo ao escândalo dos banhos que tomavam os descendentes de árabes que ficaram no reino “católico” por excelência¹¹, nesse país onde a sujeira de uma princesa foi elevada a heroísmo.

Como consequência, a reabilitação da carne, como diziam os saint-simonianos na época romântica do socialismo, era a condição essencial da emancipação da arte. Verdade é que o povo da formosa Itália havia guardado sempre o sentido da beleza ou, para melhor dizer, havia refletido sempre o encanto da graça da natureza circundante. As paisagens tão amáveis da Toscana, de Lucca e da Umbria, com a linha pura de sua colinas, seus bosques, seus rios, suas aldeias coloridas pelas videiras; a rica variedade de seus cultivos; o contraste do verde claro e dos ciprestes enegrecidos; os bosques sussurrantes dos altos Apeninos, e mais além as planuras de inesgotável fecundidade, as estriboções floridas dos Alpes, esse maravilhoso conjunto de cores cambiantes da primavera ao verão e do inverno a uma nova primavera, tudo isso se encontra no caráter do povo, risonho, ágil, inventivo, amante e deliciosamente artista. “Joaquim de Flora amava a natureza e sabia mirá-la; um dia em que pregava em oração à chuva, as nuvens se entreabriram repentinamente e um alegre raio de luz iluminou a igreja: detém-se o pregador, saúda o sol, entoando um *Veni Creator* e sai com o rebanho dos fiéis para contemplar a risonha campina”¹². Alberti, humanista de primeira ordem, cuja doçura magnética encantava os animais silvestres, chorava a lágrimas vivas à vista de uma árvore formosa ou de ricas ceifas: toda beleza era uma revelação.

Não há camponeses no mundo que tenham cantos populares mais comovedores e de verdadeiro sentimento, mais harmoniosos, mais elegantes e rítmicos na forma do que os *rispetti* e os *stornelli* dos aldeãos toscanos; em parte alguma, tampouco combinam mais graciosamente as pequenas casas sua decoração com a das

¹⁰ W. W. Rockhill, *Diary of a Journey through Mongolia and Tibet*, p. 154

¹¹ A S. Martin, *Spain, its Greatness and Decay*, p. 153

¹² Arvède Barine, *L'Italie Mystique*.

árvores e dos campos; o carpinteiro rural não pensa, como em muitos outros países, em impor à vista sua construção; sabe uni-la ao meio, acrescentando um traço a mais na graça da paisagem. E ele mesmo, consciente de sua beleza, sabe conservá-la e fazer honra à mulher que escolheu; coroa de flores seus filhos, adorna seus bois com grinaldas, levanta em seus campos espantalhos que são objetos de arte e, para prazer da vista, “coloca um tomate sobre um saco de trigo”¹³.

A este amor da natureza se une uma ação que ele expressa nas conquistas humanas. Aqueles que escalavam as montanhas, subindo pela alegria de subir, de ver o horizonte abrir-se amplo diante de si, e surgir a cidade detrás das colinas e a linha clara do mar depois das planícies, podiam reivindicar a grande memória de Petrarca subindo o monte Vesúvio¹⁴.

Assim, de idade em idade, apesar da opressão da Igreja e dos senhores, apesar dos incêndios e das guerras, o povo italiano havia conservado o tesouro do sentido artístico, porém a arte não pode desenvolver-se senão com a liberdade de esculpir e de pintar as verdadeiras formas humanas, despojadas de todo o aparato hierático imposto antigamente pelo costume religioso. Era necessário desprender-se do símbolo, ver novamente o homem tal qual é na sua beleza, não maculada pelo pecado original, e até compreender as cenas tidas por sagradas e divinas através das pessoas, dos atos e das atitudes da vida diária: os olhos do artista adquiriram novamente o direito de ver a natureza e os homens tais como são, e as cadeias caíam de suas mãos. Haviam transcorrido dois mil anos desde que os artistas gregos compreenderam a beleza do homem e a representaram em todo o seu esplendor; chegando à maturidade por outras vias, os artistas italianos se elevavam também à visão do belo, se não muito diferente dos helenos, ao menos perfeita em sua ordem de novos sentimentos. Assim como os escultores jônicos, abandonando-se alegremente à vida, representavam a juventude da arte, os artistas italianos, desprendidos dos laços da Idade Média, conservavam em sua maior parte, até em sua cândida alegria, um traço de melancolia, uma suave morbidez, que recordava as tristezas passadas. Haviam conquistado, pelos sofrimentos anteriores, a profundidade do sentimento, e pelo estudo do homem e da natureza voltavam a encontrar a completa beleza da forma. Até o mais humildemente cristão daquela época, Fra Angélico, que não ousava comer carne à mesa do papa sem autorização do seu prior e pintava todos os seus personagens escrupulosamente vestidos do pescoço aos pés, não perdia jamais de vista em suas obras a beleza do corpo humano e se inspirava nos progressos realizados na técnica dos seus contemporâneos.

Que grande alegria devia ser a alegria dos artistas emancipados, quase todos menestrais, aos quais se conhecia somente por seu nome, ou por seus sobrenomes, e alguns pelo nome de sua origem natal; quão ditoso devia ser seu impulso para a

¹³ Philippe Monnier, obra citada, t. II, p. 223.

¹⁴ Günter, *Wissenschaftliche Bergbesteigung*

beleza quando se sentiram livres de representá-la como a viam em todo o brilho da juventude e da força! Foi aquela uma época de alvoroço de que participava um povo ínfimo, encantado de ver as obras maravilhosas dos seus. Ao mesmo tempo, os pintores, audazes por seus progressos, se lançavam pela via dos descobrimentos: instruíam-se na ciência da anatomia, aprendiam as leis da perspectiva e encontravam novos procedimentos para a preparação das cores e do tecnicismo da pintura. Foi uma idade de ouro no mundo dos artistas italianos e por extensão, nos países da Europa ocidental, onde circunstâncias análogas haviam iniciado os cidadãos na compreensão da beleza.

As cidades flamengas e os povoados industriais da Alemanha central, que haviam passado pela educação primeira da vida comunal e nas quais a emancipação do pensamento havia dado liberdade à iniciativa individual, pela prática e pela apreciação da arte se converteram em outras tantas pequenas Itálias, porém cada uma com sua originalidade própria.

Que maravilhoso centro de poesia, de ciência e de arte foi a cidade de Nuremberg, não menos curiosa que Florença! Segundo um autor da época¹⁵, “a abundância e a riqueza eram trazidas ali por sete povos diferentes, húngaros, eslavos, turcos, árabes, franceses, ingleses e holandeses”. Isto é, toda a Europa e o Oriente mediterrâneo comercializavam com a grande cidade industrial. Durante todo o tempo que Veneza e Gênova mantiveram relações com a Índia e o interior da Ásia por suas vias respectivas, Nuremberg e Augsburg, conservaram uma importância de primeira ordem na repartição dos produtos preciosos no centro da Europa, e essas cidades, a primeira, sobretudo, souberam dedicar uma parte considerável de seus benefícios à glorificação do trabalho e ao esplendor da arte. Admirável mundo dos artistas, verdadeiramente homens, o do glorioso Renascimento germânico, irmão do Renascimento italiano. Inspirados exclusivamente pela idéia do bem, sem buscar nisso alguma honraria, muitos daqueles artistas ficaram anônimos: sua obra era perfeita, porém permaneceram voluntariamente desconhecidos. Arquitetos, escultores, joalheiros, pintores, cristaleiros e miniaturistas viviam como operários, como irmãos de corporação, comendo e conversando juntos. Um Adam Kraft chamava-se “cortador de pedra”, um Peter Vischer era “caldeireiro”¹⁶. Naquela formosa época de renovação a arte está em toda parte: o homem, consciente da beleza de seu corpo, procurava aumentá-la por um traje de corte elegante e cores variadas; os móveis e as casas se construíam com amor; até as ruas estavam pintadas, expondo aos forasteiros os anais e as crônicas da cidade. “A respeito da arte, vemo-nos obrigados a considerar a época do século XV, tão brilhante na Alemanha, como um paraíso perdido” (Schmoller).

¹⁵ Rosenplut.

¹⁶ Janssen, L'Allemagne à la Fin du Moyen âge.

A proeminência desse grande momento na história procedia do equilíbrio das grandes cidades que, despreendendo-se da dominância dos padres e da autoridade absoluta do imperador, ficavam, não obstante, obrigadas a apoiar-se umas nas outras para manter-se em liberdade e constituíam na realidade uma espécie de federação das mais complexas, posto que suas condições variavam de um modo estranho de comunidade a comunidade. A consequência desse apoio mútuo havia estabelecido a paz, uma paz sempre instável e insegura, mas como uma agulha imantada que, oscilando incessantemente, não deixa de encontrar-se constantemente apontando para o norte. Aquelas cidades poderosas por seu comércio e por suas corporações industriais eram também uma espécie de centros agrícolas e possuíam grandes territórios. As terras de Nuremberg, urbanas e rurais, se estendiam no espaço enorme de 1.100 km², quatorze vezes o território de Paris: compreendia não só vastos recintos comunais, mas também terras de cultivos, plantadas em proveito dos cidadãos, consistindo em sua maior parte de feudos comprados às famílias nobres empobrecidas. Essas possessões urbanas eram quase todas exploradas por arrendatários livres, ainda que não se encontrasse excluído o trabalho dos colonos adstritos à gleba, de tal modo se entremesclavam os diversos regimes sociais naquela sociedade tão complicada da Idade Média! Naquela época, Maximiliano, com seu pai ainda vivo, propunha a reunião de um Congresso em Frankfurt para o estabelecimento da paz perpétua¹⁷.

O progresso, naquele período relativamente ditoso, era facilitado pela constituição de uma forma de propriedade muito menos injustamente distribuída que a que havia existido antes e a que será após a Reforma. Todos os povoados possuíam seus bens comunais, que consistiam em bosques, campos e pastagens, e todos os vizinhos tinham neles direitos iguais, até nos territórios compostos de bens senhoriais: o colono adstrito à gleba tinha sua parte da terra como o campesinato livre, sempre que pertencesse realmente ao país, que tivesse nele seu “próprio lar, seu pão e seu alimento próprio”. Nenhuma parcela desse terreno de todos podia ser vendida e os senhores territoriais não tinham o direito, sem a permissão comunitária, de cortar árvores do bosque nem de mandar transportá-las para fora dos limites da vila. Mesmo o infelizmente, o estrangeiro, tinha o mesmo direito à terra de todos. As mulheres gestantes, fossem ou não do território municipal, em muitas vilas recebiam sua provisão de lenha. O transeunte, ao menos uma vez podia lançar sua rede ao rio ou no lago comum; o cavaleiro ou o carroceiro que atravessavam o país durante a colheita, podiam pegar seu feixe de trigo ou milho. O viajante cujos animais estivessem cansados, pedia forragem ou a ajuda necessária, e o bosque comunal fornecia a madeira para o reparo do carro estropeado. Em épocas determinadas se fazia a inspeção solene das terras comunais, em procissões a pé ou

¹⁷ J. Janssen, L 'Allemagne à la Fin du Moyen âge, p. 500

a cavalo, com bandeiras desfraldadas, tambores e pífanos à frente, segundo o cerimonial que ainda se pratica em nossos dias na Escócia, quando se simula a inspeção dos limites do território urbano, que antes costumava variar de senhor. Naquela época, levantava-se um altar sobre o limite do campo, onde se lia o evangelho e o padre benzia o território comunal¹⁸.

Os progressos se realizavam tão rapidamente durante aquele período de equilíbrio das cidades industriais, que a transferência da propriedade se fazia gradualmente, em benefício do lavrador antes sujeito à servidão: a atividade do trabalho conduzia de certo modo à apropriação da terra. Era consenso o princípio de que o lavrador cujos cuidados haviam assegurado uma boa colheita adquiriria por essa razão a maior parte dos produtos; toda benfeitoria na terra devia pertencer a quem a fizesse; a melhoria no sulco nutritivo da terra assegurava sua aquisição progressiva. Desse modo a sociedade chegava a reconhecer que os bens arrendados ao colono se convertiam em sua propriedade legítima, e na medida que o direito do proprietário anterior ia diminuindo cada vez mais, transformava-se por fim no pagamento de uma simples taxa e cotas de contrato como prestações¹⁹.

Produziu-se então um fenômeno análogo ao que tomou grandes proporções no correr do século XIX, a afluência de camponeses às cidades, onde encontravam uma vida superior de inteligência, mais aberta em caminhos à sua iniciativa. A paixão do saber elevou-se a uma espécie de furor: nove das universidades atualmente existentes na Alemanha foram fundadas durante o meio século que transcorreu de 1450 a 1506; a inclinação ao descobrimento científico ia lado a lado com o anseio pelas invenções materiais, porém quantas dificuldades nos estudos, que pobreza no material de ensino! No findar do século XV a faculdade de anatomia de Tübingen recebeu o direito de fazer uma autópsia a cada três ou quatro anos; a partir de 1538 pôde dissecar um cadáver a cada ano; a Universidade fez em 1547 a aquisição de um esqueleto, o único que possuiu durante 104 anos²⁰. O desejo de aprender e de ensinar foi tal, que se viam jovens professores em idade em que se consideravam incapazes para o exercício das armas, e enquanto alguns adolescentes ensinavam, anciãos, padres, cônegos e príncipes se apertavam nos bancos para aprender; as mulheres se sentiam também impulsionadas pelo desejo do saber²¹. Os estudantes faziam sua excursão pela Alemanha e toda a Europa, à semelhança dos operários, companheiros dos diversos ofícios, encontrando por toda parte também análoga hospitalidade. Ao mesmo tempo, professores, geógrafos, astrônomos, naturalistas, sábios de toda procedência, iam se estabelecer nas grandes cidades distantes, Lisboa por exemplo, onde se encontravam marinheiros e

¹⁸ Grimm, Weisthümer; - J. Janssen, L'Allemagne à la Fin du Moyen âge, p. 276 e seguintes; - Maurer, Geschichte der Dorfyfassung in Deutschland.

¹⁹ J. Janssen, obra citada, ps. 393, 394.

²⁰ Froriep, Globus, 1903, 9. 162

²¹ Richard Heath, Anabaptism, 9. 4.

aventureiros disponíveis para as missões de descobrimentos. A confecção de globos, imaginada pelos Martin Behaim e pelos Toscanelli, acelerou indubitavelmente a “invenção” do Novo Mundo.

Nesta Alemanha tão bem preparada pelo estudo e difusão do saber, pela aparição e instauração das indústrias mais diversas, revelou-se, nos meados do século XV, o processamento da imprensa com base em caracteres móveis, ponto de partida de uma revolução intelectual e moral comparada à qual todas as revoluções precedentes têm um valor secundário: pode-se dizer que graças à imprensa essas revoluções aparecem diante de nós na relatividade da sua verdadeira importância.

O grande século XV, iniciador da civilização moderna, deve seu lugar na história aos descobrimentos capitais do espaço e do tempo; do espaço, pela exploração da redondeza do globo na África e nas duas Índias; do tempo, pela ressurreição e reaparecimento das obras mestras da Antigüidade. E a imprensa permitiu fazer essa conquista sobre as idades passadas, e se as descobriu-se foi por efeito da necessidade sentida pelos humanistas de reproduzir ao infinito os fragmentos manuscritos em número tão escasso que possuíam as obras originais da Antigüidade. O desejo de espargir suas próprias idéias, de dirigir-se diretamente aos seus contemporâneos como escritor, filósofo ou moralista, teve uma parte mínima no impulso dos esforços que fez surgir a indústria nova, porque todas as obras impressas nos primeiros anos do descobrimento foram documentos religiosos ou profanos já conhecidos, embelezados mais na auréola do que na tradução. Havia-se escrito nos séculos que precederam ao descobrimento dos caracteres móveis, mas pouco mais da centésima parte dos livros de toda a Idade Média pode sobreviver²². O número dos autores devia ser imenso num tempo em que o escritor era seu próprio editor, o poeta seu próprio recitador, o dramaturgo seu próprio ator, porém uma vez morto o homem morria a obra. A imprensa foi em certos casos um obstáculo às letras, desanimando o pensador sem energia, porém multiplicou ao infinito o campo de ação dos escritos que passavam por ela.

A invenção da imprensa é um fato de importância tão capital, que muitos países e cidades têm reivindicado a glória de sua autoria. Admitindo, o que é mais provável, que o conhecimento desta arte haja sido trazida da China ao Ocidente por algum Rubruk ou algum Marco Polo, e que possa afirmar-se uma origem local, não é menos certo que Mogúncia, Estrasburgo, Bamberg, Avignon, Florença ou Haarlem pretendam também a honra de ser a terra natal dessa grande arte; e, nesta discussão, o veredito é tanto mais difícil de formular, quanto que as indústrias guardavam então muito cuidadosamente seus segredos, e que a imprensa propriamente dita toma suas origens em indústrias anteriores muito próximas, entre outras de gravação em madeira dos naipes e das estampas de salmos com invocações e orações. Como quer que seja, segundo a opinião geral dos eruditos, Mogúncia é

²² Remy de Gourmont, *Le Chemin de Velours*, p. 30.

indubitavelmente a pátria da nobre invenção e Gutenberg foi seu autor. Quando, depois de sua conquista pelo arqueduke Adolfo de Nassau em 1462, foi divulgado pelo mundo o “maravilhoso segredo” da imprensa, Mogúncia possuía dois estabelecimentos de impressão, o de Gutenberg, lutando penosamente contra a miséria, porém trabalhando apesar de tudo, e o do rico Johann Fust, que acreditara poder reduzir seu antigo sócio à impotência, condenando-o ilegalmente ao pagamento de dois empréstimos com os lucros e juros correspondentes; como sempre, nas origens e no desenvolvimento da indústria, encontra-se a áspera luta entre o capital e o trabalho. Porém o descobrimento havia entrado no período concreto de realização. O primeiro impresso, do qual existe um pequeno número de exemplares, é uma *vulgata* em dois volumes in-folio, que Gutenberg levou três anos para imprimir, de 1452 a 1455. A obra se vendia a trinta florins; manuscrita, vendia-se a quatrocentos ou quinhentos²³.

Tendo deixado de ser um segredo, a arte da imprensa se estendeu rapidamente por toda a Europa, e até os fins do século, em menos de quarenta anos, se contaram mais de mil impressores, na sua maior parte de origem alemã. Dois anos depois da tomada de Granada, havia nesta cidade três impressores alemães; dois desses industriais se aventuraram a chegar à ilha equatorial de São Tomás, onde atualmente seria difícil descobrir-se uma livraria.

Não deixou de estabelecer-se uma certa divisão do trabalho nas diversas comarcas para a obra da reprodução dos manuscritos que os sábios possuíam. A Alemanha, muito mais empenhada que a Itália no misticismo da Idade Média, imprimia principalmente obras religiosas, salmos, orações, recitações piedosas a que se acrescentavam gramáticas, recompilações de palavras e de provérbios. Muitos livros impressos na Alemanha antes do final do século XV se perderam durante as guerras que sobrevieram, porém restam ainda mais de mil obras desta época, entre as quais mais de 100 bíblias. Quanto à Itália, o país dos humanistas por excelência, já quase desligada em suas classes instruídas pela crença no cristianismo, ocupou-se sobretudo da publicação de clássicos. Dois monges, Schweinheim e Panartz, introduziram a imprensa em 1465 no convento de Subiaco; desde 1476 Milão imprimiu o primeiro livro grego, a gramática de Constantino Lascaris, e logo se viu Aldo Manucio, “o romano”, imprimir “toda a sabedoria dos gregos... num tanto que conservou um sopro de vida”. De 1495 a 1514, publicou sucessivamente Aristóteles, Hesíodo, os neoplatônicos, Aristófanos, Tucídides, Sófocles, Heródoto, as *Helênicas* de Xenofonte, Eurípedes, Demóstenes, os *Opúsculos* de Plutarco, Platão, Píndaro, logo Virgílio e outros latinos. Na época em que a oficina de Mauricio em Veneza produzia essas admiráveis e preciosas edições, cujos exemplares se vendiam a 2 fr. 50, pelo valor atual, a Alemanha imprimia, ainda com enormes restrições, gramáticas e manuais de ortografia para principiantes.

²³ V. Duruy

Desde então, e no passar do tempo, todo o tesouro da Antigüidade pertence a quem queira aprender e saber, e pode-se beber diretamente na fonte em lugar de receber o conhecimento mais ou menos mesclado em seu curso por canais impuros. Recorde-se o grito de entusiasmo lançado por Gargântua, dirigindo-se a seu filho Pantagruel: “Agora se reconstituíram todas as disciplinas, as línguas foram instauradas; grega, sem a qual é uma vergonha que alguém se diga sábio, hebraica, caldéia, latina. As impressões, tão elegantes e corretas em uso, que foram inventadas no meu tempo por inspiração divina, como num sentido contrário a artilharia por sugestão diabólica... Todo o mundo está pleno de gente sábia, de preceptores doutíssimos, de livrarias muito amplas... Eu vejo os bandidos, os verdugos, os aventureiros e os cavaleiros do dia mais doutos que os doutores e pregadores do meu tempo”. Há de ouvir-se também o ardente Ulrich von Hutten lançar um grito de alegria em honra ao seu século: “O saeculum, o litterae! Juvat vivere etsi quiescere nondum juvat!”²⁴.

O excedente de força que possuía a sociedade do Renascimento, o que o permitiu fazer coisas tão grandiosas, devia manifestar-se também em obras sem realização prática: a idade dos admiráveis descobrimentos no espaço e no tempo foi também a das peregrinações a um mundo quimérico. A embriaguez de uma ciência mal compreendida em seus detalhes, porém profundamente sentida em sua amplitude e alcances é sempre criadora de utopias, de um vôo de imaginação tanto mais extenso quanto mais mudanças produziu a vida contemporânea. O grande triunfo dos gregos sobre as inumeráveis hordas que os reis da Pérsia haviam lançado contra eles, levou os vencedores a considerar-se quase como deuses, e apesar da ponderação natural do espírito helênico, os escritores imaginaram à porfia sociedades ideais em cuja realização não acreditavam. Um movimento análogo produziu-se nos belos tempos do Renascimento e por um impulso da mesma natureza: todo o surpreendente transcurso na vida das nações fez nascer de rechaço um mundo de sonhos quase todos grandiosos e esplêndidos. Parece, não obstante, que as utopias dos filósofos e dos poetas seriam todas verdadeiras melhorias do mundo atual, uma vez transformadas em fatos. Longe de assim ser, é raro que o sonho tenha a beleza da vida. Ademais, os livros utopistas se parecem a seus autores; como todos os demais escritos, reproduzem os nobres desejos e as más ambições, os elevados sentimentos e as baixas paixões dos que lhes dão sentido. Com freqüência, nessas obras quiméricas, o mal supera o bem. Que bom juízo pode-se formar da primeira famosa utopia que nos legou Platão sob o nome de República, que não é na realidade mais que uma glorificação dos espartanos, um retrocesso para uma sociedade onde toda a iniciativa estava desterrada?

O Renascimento árabe precedeu o Renascimento italiano, e o ciclo das utopias começou também na época anterior entre os mouros da Espanha, do mesmo modo

²⁴ Ó século, ó belas artes! É agradável viver, ainda que não agrade todavia repousar!

que entre os sírios e os árabes da Ásia. Entre os forjadores do ideal que evocam uma sociedade futura para apresentá-la a seus contemporâneos espanhóis, cristãos e maometanos, os eruditos citam o árabe Ibn-Badia, que nasceu em Saragoça há uns oito séculos e cujo nome tomou na história a forma vulgar de Aven-Pace, ou Avempace. Seus escritos não chegaram até nós, e unicamente conhecemos seu conteúdo devido ao judeu Moisés de Narbonne, porém é seguro que nenhum autor compreendeu melhor que ele a importância da educação individual, sendo cada homem um centro natural da sociedade que o circunda²⁵. Verdadeiro precursor, via claramente que as re-voluções duradouras não vinham de cima, de sacerdotes e reis, nem sequer do mais seletos dos pensadores, mas que devem se fazer primeiro em cada indivíduo, elemento inicial de todo progresso. “Solitário” ele mesmo, Ibn-Badia dirige-se aos “solitários” que, em uma sociedade imperfeita, tratam de chegar a ser seres constitutivos de uma sociedade perfeita. Antes de tudo aconselha-os que se desliguem de sua educação primeira, agindo como plantas que, depois de haver sido curvadas, adquirem seu porte natural e crescem como convém ao seu instinto de vida; “estrangeiros em suas famílias e na sociedade que os rodeia, os solitários se transportam por pensamento à república ideal que é sua verdadeira pátria”. No novo mundo que suscita Ibn-Badia será inútil fazer justiça, porque as relações dos indivíduos entre si seriam as do amor²⁶. A sociedade se transformará numa grande escola onde cada indivíduo será solicitado a aperfeiçoar o seu ser, o esplendor de sua beleza corporal e moral.

Antes de Ibn-Badia tiveram os árabes entre seus filósofos outro utopista famoso, Ibn-Sina, ou Avicena²⁷, cujo ensinamento bem compreendia no fundo o mesmo alcance libertário, porém no qual os ocidentais não viram mais que uma novela, uma invenção de gênio. O médico-filósofo, em cuja volta se aglomerava a juventude estudiosa de Bokhara, imagina a existência do menino Hai, que nasce e cresce em uma ilha deserta, instruindo-se pouco a pouco através dos fenômenos da natureza e pelas lições de toda espécie que lhe dão os animais; com eles e com as plantas vive virtuoso, ama a todos os que o rodeiam e é amado por eles, aprendendo incessantemente, graças a uma paciente observação; desse modo chega a ser filósofo e moralista, sábio e poeta. Este retorno à natureza, esta fraternidade com os animais que permaneciam puros de todas as convenções da vida artificial, encantaram durante toda a Idade Média a trovadores e jograis, a quem as necessidades da existência obrigavam a chamar-se cristãos, porém que concebiam também ensinamentos cavaleirescos de justiça e de bondade²⁸. De transformação em transformação, Hai, sucessivamente modificado pelos utopistas, que faziam dele

²⁵ S. Münck, *Mélanges des Philosophie juive et arabe*, p. 363

²⁶ Ernest Nys, *Autour de la Méditerranée*

²⁷ Avicena, 980-1037. Ibn-Badia nasceu em Saragoça em 1100 e morreu em Fez em 1138.

²⁸ Raoul Debardt, *Revue Blanche*, 1^o Diciembre 1900, p. 303

um representante do seu caráter e portavoz de suas idéias, acabou por vulgarizar-se demasiado, e sua genealogia terminou na numerosa família dos Robinson, que descobriam, não uma nova sociedade, mas simplesmente meios práticos de viver acomodando-se ao seu meio.

As utopias do Renascimento tinham um caráter mais elevado, como testemunha o sentido mesmo dado à palavra “utopia”, desviada da sua significação primitiva de “em nenhuma parte”²⁹. O termo devia aplicar-se na sequência aos projetos de melhoria social, condenados sem dúvida a não realizar-se, porém inspirados por um sentimento profundo de solidariedade humana: Campanella trata de colocar o indivíduo nesta situação, que lhe é quase impossível ser mal ou depravado. Não obstante, cada um tem sua utopia determinada por sua própria natureza: o mais voluptuoso dos poetas, Torquato Tasso, na *Aminta*, canta a idade de ouro e o amor livre segundo os rituais da inocência natural. Para a multidão esmagada pelo trabalho e falta freqüente do necessário, a utopia é o “país da abundância”, o *Schlaraffenland*, onde os mananciais de leite e de vinho brotam do solo, caem do céu manjares deliciosos e perfeitamente preparados, existem mesas carregadas de comida e frutas ao pedir da boca, embaixo da sombra de frondosas árvores, às margens de arroios sussurrantes. A comilança é o sonho do povo famélico, enquanto que a humanidade bem nutrida e afeiçoada aos livros vê em sua imaginação surgir um palácio com grandes bibliotecas, repletas de volumes com encadernações soberbas e textos irrepreensíveis. A abadia de Thelema, a mais bela mansão que o Renascimento criou, continha “grandes livrarias em grego, latim, hebraico, francês, toscano e espanhol, distribuídas pelos diversos pisos em combinação com estes e com os idiomas”. E, coisa extraordinária, naquela abadia, tão diferente de todas as demais, naquele refúgio da livre consciência, do estudo e da felicidade pelo respeito mútuo e pela prática da vida nobre, naquela “morada da honra”, Rabelais, o pintor de tantas glotonarias, esquece absolutamente das cozinhas. Compraz-se em dar todos os detalhes da arquitetura; descreve galerias pintadas, salas de estudo e de jogos, coleções, observatórios, jardins, todas as disposições dos edifícios que podiam contribuir para o conforto dos habitantes; houve tão grande cuidado na descrição deste palácio da Vontade e da Conduta Livre, que podia ensaiar-se a reprodução do plano da abadia utópica³⁰; porém o autor não pensou ou sequer ensaiou mencionar a refeição do corpo em comida e bebida, coisa estranha em uma época em que cada abadia possuía cozinhas monumentais e repousava sobre amplas adegas cheias de tonéis superpostos³¹.

É a época, todavia, também movimentada pelos conflitos da formação dos Estados. Freqüentemente enlouquecidos pela vertigem do poder e o incenso da

²⁹ Thomas Morus, De optimo reipublicae statu, deque nova insula Utopia, p. 303.

³⁰ Arthur Heulhard, Rabelais, ses Voyages en Italie; - César Daly, Revue d'Architecture, 1841.

³¹ Eugene Noël, Notas Manuscritas.

adulação a elogios, os soberanos sofreram também por sua vez a embriaguez daquela época e dar às suas quimeras uma forma romântica. O Duque de Borgonha, Carlos, o Temerário, foi, em pleno século XV, o tipo mais notável desses chefes de Estado que se deixam levar pela paixão frenética do impossível. Provavelmente a estranha configuração dos Estados, tão pouco conforme com as divisões geográficas naturais, deve ter contribuído em grande parte no destino fatal do ambicioso personagem: aquele conjunto absurdo de possessões não tinha valor a seus olhos senão contemplando-se com a incorporação de todas as regiões intermediárias, e enquanto não lograsse dar-lhe uma forma normal e definitiva, havia de intrigar, maquinando e sobretudo combater sem descanso. Sua existência aventureira foi a conseqüência necessária dessa lógica da história que lhe impunha a transformação de seus dispersos domínios num reino poderoso e bem equilibrado.

Porém essa unidade que queria criar para uma Borgonha em grande parte artificial, entrava forçosamente em conflito com outros grupos políticos mais solidamente constituídos e de maior vitalidade natural como organizações nacionais: a Alemanha, Suíça e França. Além disso, a França encontrava-se precisamente regida pelo amo mais prudente e menos aventureiro que jamais havia existido. O contraste entre os dois soberanos rivais era completo, acrescentando traços cômicos e até grotescos aos elementos do drama. Já as populações haviam notado a singular diferença que apresentavam em seu porte e em seus gestos o jovem Luis XI e o duque da Borgonha, chamado “o bom”, que se havia feito o faustoso mentor e protetor do rei da França. Quando fizeram juntos sua entrada em Paris (1461), dizia-se do rei: “É esse um rei de França? Sua roupa e seu cavalo não valem juntos vinte libras”, enquanto que a Felipe, o bom, se proclamava “um homem sol”, pela voz unânime da multidão³². Quando Luis XI teve depois por adversário, ainda que freqüentemente por aliado, o simples e impetuoso filho de Felipe, Carlos, o Temerário, a oposição das duas individualidades características colocadas à cabeça dos dois Estados tomou uma forma notável. Um e outro eram, entretanto, filhos do seu tempo e não pertenciam à Idade Média senão por sobrevivências de ordem secundária. Luis XI compreendia perfeitamente que tinha de apoiar-se sobre o povo para combater os grandes vassallos e trazer o feudalismo à observância das leis do reino; ainda que muito devoto e até fetichista em sua adoração pelas imagens santas, não ignorava o perigo que corria a sociedade civil se deixasse afirmar-se o poder dos padres e dos monges e, ainda que fosse o primeiro dos reis da França a quem o papa qualificou de “cristianíssimo”, foi todavia o que mais ajudou o povo a desprender-se de sua fé primeira dando ao poder civil a preponderância sobre o poder religioso; por último, amou a paz e até soube viver de modo simples em um modesto palácio que nada tinha de real. Chamou-se-lhe a “aranha”: metido prudentemente no fundo de sua teia, vigiava as moscas sussurrantes que revoavam por aqui e ali ao seu redor e que ao fim vinham a cair em suas redes.

³² H. Fierens-Gevaert, *Psychologie d'une Ville*.

Enquanto que o “Temerário”, descendente de uma longa geração de cavaleiros, amava a guerra pela guerra. Satisfazia-se em dar golpes expondo-se a recebê-los em troca, porém não era um simples briguento, como se tem visto entre seus antepassados; sentia-se também atravessado pelas grandes ambições do seu tempo, e ainda que às vezes fosse tão cruel como seu rival Luis XI, tinha, não obstante, alguns traços de magnanimidade. Instigado pelo louco desejo de conquistar um reino, que não lhe teria bastado e que houvesse querido universal, fez de seus dez anos de reinado dez anos de guerras. E acabou por morrer miseravelmente ante as muralhas de Nancy (1477). Anteriormente, duas sangrentas derrotas sofridas na Suíça, lhe haviam despojado de seu prestígio: os ribeirinhos das margens do lago de Morat compraziam-se em mostrar flutuando sobre as águas grandes algas manchadas de vermelho, que chamavam “sangue dos borgonheses”.

A casa de Borgonha desmoralizou-se em proveito dos Estados vizinhos, sobretudo a França. Quando morreu, Luis XI havia estendido seu reino até os Alpes e os Pireneus, e muitas cidades que antes só lhe haviam pertencido pelos laços de homenagem indireta, encontravam-se definitivamente submetidas a suas leis; as rendas de seu território haviam-se elevado a mais do dobro, e o peso dos impostos pagos pelos burgueses e os proletários havia diminuído notavelmente. Quanto à Suíça, embevecida por suas vitórias, chegou a deixar-se arrastar pelo próprio triunfo à vergonha nacional por excelência, a de vender seus homens a quem mais pagasse como instrumentos vivos de guerra. O aluguel dos mercenários chegou a ser a principal indústria dos confederados: durante quatrocentos anos, os suíços, hoje tão orgulhosos de suas “livres montanhas”, tiveram por lucrativo ofício o de ir destruir por dinheiro a liberdade dos povos vizinhos. A França, sobretudo, foi o mercado de carne helvética; de 13 cantões, 12 haviam-se comprometido a subministrar ao rei uma leva permanente de seis mil a dezesseis mil homens, porém não bastavam os salários estipulados, necessitavam-se além disso de presentes; frequentemente os suíços esperados não apareciam.

O sucessor de Luis XI não teve reservas em dissipar as economias de seu pai. Como Carlos, o “Temerário”, porém sem a energia da vontade daquele, Carlos VIII deixou-se guiar por sua fantasia, e como esta lhe mostrou as maravilhas da Itália, ficou fascinado. Na realidade, a expedição de Carlos ao outro lado dos Alpes não foi uma guerra, mas uma aventura romanesca; nem sequer sabia onde ia. Se dirigia-se unicamente para o sol do meio-dia, para o mar azul, para os países esplêndidos dos quais havia saído a vida, caminhava adiante como o paladino das lendas que havia lido na infância. Não houve conquista mais fácil, porque a Itália, dividida politicamente entre tantos príncipes, já não tinha força de resistência coletiva em suas comunas municipais, e também porque a maior parte dos letrados já havia deixado atrás a estreita concepção de pátria, sem haver compreendido ainda que todo opressor é o inimigo. Assim foi como os franceses de Carlos VIII, “deploráveis, maus e desregrados”, alcançaram facilmente a fama de heróis. Como disse Comines, vieram “levando os cabos e o gesso nas mãos para marcar os acampamentos sem nenhuma dificul-

dade”. Não obstante, tiveram de ultrapassar precipitadamente os Alpes para sair daquele país de pérfido solo arriscando morrer até o último.

As guerras que se seguiram, sob Luís XII e até sob Francisco I, foram ditadas também pela ânsia de posse do Mezzogiorno italiano: no fundo eram novas invasões de bárbaros, como as que haviam comovido o mundo mil anos antes. Num conceito político e militar essas expedições eram imprudentes; era tanto mais arriscado aventurar-se ao longe para o outro lado dos Alpes de perigosos caminhos, quanto que a França mantinha-se aberta e ameaçada por suas fronteiras do norte, pelo que o resultado dessas campanhas havia de ser desastroso do ponto de vista material.

E, não obstante, resultou num bem indireto: durante duas gerações, a França militar havia mergulhado no ensinamento renascentista, atraída para o Mezzogiorno italiano por suas formosas pinturas, suas estátuas e seus livros, que o esplendor do Renascimento trouxera brilhantemente à luz. Depois, outros bárbaros, além dos franceses e seus aliados, os suíços, censurados pelos versos de Ariosto³³, “*quei villan bruti*”, apresentaram-se para tomar parte na pilhagem; por sua vez, os alemães de Carlos V, mandados pelo *condestável* de *Borbom*, repetiram em Roma as façanhas dos godos e dos vândalos. Os fenômenos da endomose e da exomose que se produzem nos corpos organizados têm também lugar no corpo social. Em virtude de sua igual proeminência no mundo intelectual e moral, a Itália se entregava aos povos vizinhos, e, segundo o grau de cultura dos homens que participavam de seus bens, dava a uns comilanças e festins, ou ouro, pedras preciosas e jóias; a outros, o tesouro imperecível da ciência e da arte. O domínio do Renascimento se estendia desse modo nas comunas circundantes, mais pelo fato do contato e da propagação das idéias que pela vontade dos donos, como pretendiam os historiadores submetidos ao espelhismo do poder. A adulação concedeu o título de “preceptor das ciências e das artes” ao rei Francisco I, porém convém saber que, por suas cartas patentes de 13 de janeiro de 1534, esse personagem declarava querer a supressão da imprensa. “Em seu singular efeito pelo enriquecimento das belas artes e estudos”, havia livrado de diversos impostos e do serviço militar os vinte e quatro impressores de Paris; porém, cedendo aos interesses dos doutores da Sorbone, ameaçou com “a força a quem em seguida imprimisse ou fizesse imprimir em seu reino”. Não obstante, mediante petição do Parlamento, “doze personagens bem qualificados e estabelecidos” foram autorizados a imprimir os livros “aprovados e necessários ao bem público”³⁴.

Por uma singular ironia das coisas, o período do Renascimento na Europa coincidiu para a Espanha com uma lamentável decadência. A Igreja católica triunfante, hierarquia poderosa que se unia oficialmente a Roma, porém que reprovava como autocracia perfeita, sem outro objeto que a defesa de seu poder absoluto,

³³ Orlando Furioso

³⁴ Pierre Margry, Navigations françaises.

havia chegado a ser dominadora universal e trabalhava gradualmente para dominar a própria realeza, para torná-la impotente numa rede de cerimonial e de etiqueta. É sabido como os padres haviam conseguido aproveitar-se da liga das cidades contra os senhores para sobrepor-se àquela “santa fraternidade” e transformar a unidade civil em um tribunal eclesiástico, a Inquisição. Esses defensores da fé se encarniçaram contra todo pensamento independente. Seu primeiro cuidado foi queimar as bibliotecas e fechar as escolas e os banhos; depois, dirigiram-se ao que restava do passado, derrubando os edifícios, cobrindo as obras mestras de arabescos com grosseiros rebocos, abandonando os trabalhos de irrigação e exumando milhões de cadáveres, de todas as gerações passadas, para fazer com eles fogueiras populares. Sobre essa mesma terra, as chamas materiais, símbolos das chamas do inferno que não se extinguíram jamais, deviam exterminar todos os heréticos e relapsos, judeus, mouros e sobretudo pensadores livres!

No ano de 1492, o mesmo ano que viu a tomada de Granada e o descobrimento da América, a perseguição dos judeus espanhóis foi inaugurada de uma maneira atroz. Declarou-se o batismo obrigatório, e todo judeu que se negasse batizar ficava obrigado a sair do reino no prazo de três meses sob pena de morte e confiscação dos bens. Os que rechaçavam a abjuração e preferiam o desterro ficavam livres, até o momento de sua partida, para dispor de sua fortuna, porém não de levar o valor em ouro ou prata; era, pois, a ruína absoluta: os desafortunados fugiam por todas as partes, porém desencadeou-se a caça ao homem, e como a crueldade dos soberanos autorizava a dos súditos, despojaram-se e assassinaram-se os fugitivos. Oitenta mil judeus buscaram uma passagem para o mar através de Portugal, e o rei João II os vendeu em trânsito ao preço de oito escudos de ouro por cabeça. Duzentos ou trezentos mil proscritos se dispersaram pela África e pelo Oriente; não ficaram mais que traidores, apóstatas, os *marranos*, entregues de antemão à suspeita e a novas perseguições.

Semelhantes atentados contra toda uma raça, que até então respondera pela intermediação do monopólio do comércio, não podiam levar-se a cabo sem ter como conseqüência uma volta completa para a barbárie primitiva, se os judeus expulsos não tivessem podido ser substituídos por rivais, cristãos verdadeiros ou supostos. E esses cristãos que se apressavam a tomar o lugar dos judeus, apresentavam-se em multidão, sobretudo italianos, flamengos e suábios, oriundos dos centros de gravidade deslocados pelo aumento na extensão do mundo comercial causado pelos grandes movimentos geográficos. Em primeiro lugar, o fechamento dos caminhos orientais pelos turcos havia feito refluir para o ocidente aqueles dedicados ao comércio, e dentre eles os mais hábeis: de Bristol a Cádiz, eram encontrados em todas as partes, fixando sua residência. Pela iniciativa dos negócios, pelo trato dos clientes, pela habilidade em toda transação do dinheiro e da diplomacia, os florentinos haviam chegado a ser os principais intermediários da Europa: o papa Bonifácio VIII dizia deles que eram o “quinto elemento” depois da terra, a água, o ar e o fogo.

Porém, do ponto de vista puramente financeiro, foram principalmente os alemães do sudoeste os que substituíram os judeus no manejo dos grandes negócios da Espanha. Quando Veneza perdeu seu domínio comercial, as cidades ativas da Alemanha não deixaram de considerá-la como a cidade sem igual, e especialmente os augsburgueses continuavam enviando para ela seus jovens como para a escola dos negócios por excelência. Não obstante, a grande revolução que havia ferido a Itália devia quebrar, por extensão, o comércio da Alemanha interior. O primeiro resultado foi deslocar todo o centro de gravidade para o oeste: havendo sido substituída Veneza por Lisboa como mercado de importação das Índias, os depósitos da Europa central sofreram um movimento geral de rotação no sentido do ocidente; as vias principais mudaram de direção e algumas grandes cidades do leste perderam sua antiga atividade. Breslau, especialmente, foi rebaixada em benefício de Leipzig, enquanto que as cidades ocidentais da Alemanha, sobretudo as do ângulo sudoeste, ganharam importância relativa³⁵.

Enquanto Portugal, dono do caminho para as Índias, conservou a preponderância nos caminhos com o mundo das especiarias, Augsburg e Nuremberg, em muito boas relações com Lisboa, lograram aproveitar-se indiretamente da nova via que se havia aberto ao comércio do mundo; houve até negociantes da Alemanha, com seus secretários e empregados, que foram autorizados a tomar parte nas expedições à Índia e unir alguns barcos ao comboio da frota real³⁵. Porém da Alemanha a Lisboa, do mesmo modo que a Sevilha e a Cadiz, portos de expedição da Espanha, o caminho era muito mais longo que a Veneza e a Gênova, e sobretudo havia que se franquear nas numerosas e temíveis aduanas intermediárias na França e na Espanha. Os perigos eram maiores, as viagens mais dispendiosas, e unicamente grandes capitalistas podiam arriscar-se a esse lucrativo comércio de especiarias, e foi necessário que poderosíssimos sindicatos unissem seus capitais para a exploração desse tráfico; aumentou-se sua riqueza, e, em consequência, sua audácia: gradualmente essas “companhias gerais” açambarcaram o trigo, o vinho, a carne, do mesmo modo que as frutas coloniais, e a sociedade inteira foi cada vez mais explorada por elas. O monopólio dessas companhias, que substituíram os judeus, expandiu-se também às minas, e um encarecimento geral produziu-se para todos os produtos de primeira necessidade; não se deveu a grande depreciação da prata na Alemanha às minas do Novo Mundo, como comumente se acredita, mas às da Europa Central, por um movimento paralelo³⁶.

Esse deslocamento do poder produziu-se também na Rússia, e, em grande parte, sob a influência das mesmas causas. A república de Novgorod já não era “todo-poderosa”, e a inveja de suas rivais, Pskov e Moscou, rompeu sua independência; seus melhores cidadãos foram desterrados e substituídos por imigrantes

³⁵ J. Partsch, Lage und Bedeutung Breslau's, p. 7.

³⁶ F. Kunstmann, Historisch-politisch Blatter, 48, 1861.

moscovitas. Esqueceu-se o caminho dos antigos mercados; os novgorodianos, submetidos à servidão, não tiveram já relações comerciais com as comarcas que percorrem o Ob “ao outro lado das fronteiras”, isto é, ao leste dos montes Urais. E este país, já bem conhecido dos escritores árabes, por intermediação dos geógrafos cristãos precisou ser descoberto uma segunda vez, em 1579, quando o cossaco fugitivo Yermak, à frente de seu bando, penetrou na cidade de Sibir. O patriotismo guerreiro, que não concebe nada sem violência, considerou meritório que Yermak ocupasse como conquistador alguns territórios cujos habitantes houvessem continuado tranqüilamente suas transações pacíficas dos antigos tempos, se os mesmos imperadores da Rússia não o houvessem impossibilitado em absoluto.

Enquanto a alta finança cristã da Alemanha, mais usurária que o haviam sido os judeus espanhóis, preparava a sujeição e a ruína definitiva dos habitantes da península ibérica, as guerras de expansão política ao exterior continuavam sem trégua. Compreende-se que a constante batalha, que foi durante séculos o estado normal das populações, não podia cessar bruscamente. Vencedores dos mouros, donos de todo o solo dos avós entre os Pireneus e o estreito de Gibraltar, os espanhóis deviam, em virtude da herança, tratar de empregar fora seu excedente de força. Os mais atrevidos entre os batalhadores e os aventureiros viam abrir-se ante eles o Novo Mundo, porém essas terras milagrosas, de que logo se contarão maravilhas, estavam muito distantes; os navios que a elas se dirigiam, alguns dos quais escapavam em segredo, sem permissão do fisco, eram escassos e as expedições muito caras, porque os soberanos unidos de Castela e Aragão, muito avaros, não queriam arriscar grandes riquezas com aquelas conquistas longínquas e de resultados todavia duvidosos. Assim mesmo não se expunham senão com prudência sobre o litoral da África, cujo interior lhes era vagamente conhecido; porém, muito ávidos das riquezas que viam ao seu alcance, caíram sobre as ilhas do Mediterrâneo e sobre a Itália meridional. Por esse lado entraram a fundo, já não por afeição às aventuras e pelo prazer, como os franceses de Carlos VIII, mas como gente prática, muito decididos a conservar as ricas comarcas cuja posse haviam adquirido. Entre as casas reais de diversa origem que se sucediam no domínio de Nápoles, não houve uma que superasse em solidez a de Aragão: acreditava em sua força. Em Nápoles, o rei Ferrante era dono absoluto, um verdadeiro rei-sol, mais rude, mais trágico, menos majestoso, é certo, que o foi depois Luis XIV. “Cremos em um só Deus em sua glória, não vemos mais que um sol nos céus e adoramos um rei na terra”, dizia Giuniano Maio em seu livro *De Majestate*.

E esse orgulho espanhol, a um tempo aragonês e castelhano, parecia justificado pelo êxito e por esse valor militar a que em época de turbulências costuma conceder-se a maior importância. Onde quer que se apresentasse, a sólida infantaria espanhola obtinha a vitória. A guerra, acompanhada da crueldade e da ânsia da rapina, havia entrado no sangue dos vencedores do Islã: porém as vitórias se compram, não só com a desgraça dos vencidos, mas também pelo retrocesso moral e material dos triunfadores. Viu-se um exemplo notável disso em todas as comarcas

que banha o Mediterrâneo ocidental. Antes das agressões espanholas, quando a Mauritânia não tinha mais que indígenas berberes e invasores árabes, os europeus viviam ali em paz e o direito das pessoas era respeitado. Existiam tratados regulares entre as comunidades das duas margens opostas; haviam-se estabelecido colônias de mercadores nas cidades mouras, as pessoas e os bens se haviam conservado e respeitado, e até o cristão estrangeiro tinha o direito de edificar igrejas ao lado das mesquitas. Os soberanos da Mauritânia, especialmente os reis de Tlemcen, tinham a seu serviço milícias cristãs: durante três séculos, até o final do século XV o vaivém se fazia livremente desde a Provença e a Itália à toda a costa berbere e às cidades do interior. As galeras venezianas partiam regularmente do Lido na segunda quinzena de julho, faziam escala em Siracusa, Trípoli, Túnis, Argel, Oran, para terminar sua viagem em Honein, cidade atualmente destruída, que servia de escala a Tlemcem³⁸.

Porém, quando em 1509 o rei Fernando, o conquistador astuto, fez desembarcar soldados e missionários na costa da África e entrou em Oran, tudo mudou por completo. Os muçulmanos compreenderam que, não só atacavam seu território, mas também sua fé, sua vida, e que o único meio de salvação estava em defender-se a todo custo, e ademais, depois de haver rechaçado o invasor para o mar, era preciso fechar completamente o país aos cristãos, à sua influência, até ao seu tráfego. A vitória da Espanha teria sido o triunfo da Inquisição, e de uma Inquisição não menos feroz que a da lepra e da fogueira que devorava aos próprios espanhóis. Além disso, os exércitos de Fernando, o católico, e depois os de Carlos V tinham uma grande força ofensiva que a conquista da Mauritânia, ao menos de toda a região litorânea, teria se realizado certamente, caso a Europa não houvesse estado então ocupada na grande empresa da exploração e da colonização do Novo Mundo e, sobretudo, em suas guerras de ambição, na Itália e em toda a Europa ocidental. Os mouros da África, ajudados pelas populações berberes, puderam, pois, resistir à impetuosidade dos conquistadores espanhóis, não sem apelar aos turcos e sem deixar seus portos em mãos dos piratas. As tentativas abortadas dos invasores cristãos não tiveram outro resultado que cortar na sequência toda comunicação pacífica entre os dois litorais do Mediterrâneo, o de Cristo e o de Maomé. O retrocesso da civilização nesses países se fez de uma maneira completa por um período de três séculos: durante esse tempo não se soube dos acontecimentos ocorridos no país inimigo, de uma parte e de outra, mais que por meio dos prisioneiros reduzidos à escravidão. Verdade é que os espanhóis haviam podido sustentar-se aparentemente em terra africana, fortificando a cidade de Oran com um cinturão de muralhas e de poderosas obras militares, porém encontravam-se fechados naquele enorme quartel, como estão atualmente em Ceuta e em outros lugares da costa marroquina: não ousavam sair de suas portas, porque fora delas cada mata ocultava um inimigo.

³⁷ J. Janssen, *L'Allemagne à la Fin du Moyen âge*, p. 384.

³⁸ *La Mas-Latrie, Traité de Paix e de Commerce*.

Porém esse fracasso dos espanhóis do outro lado do mar azul permaneceu ignorado ou ao menos inexplicado e misterioso, perdido no brilho deslumbrador das vitórias. A transformação política da Espanha nesse curto período podia, com efeito, ser considerada como uma sucessão de prodígios. Nenhuma razão sã teria podido prever semelhantes acontecimentos. Como um pequeno rei de Aragão e uma pobre rainha de Castela, personagens secundários entre os soberanos da Europa, puderam levar a termo uma obra em que os cristãos da Espanha se haviam empenhado durante setecentos anos? E esta obra a terminaram por completo, constituindo a unidade política dos antigos reinos, e acrescentando a esse núcleo peninsular toda uma multidão de ducados, de condados, de senhorios, de cidades chamadas “livres”; surge depois um novo mundo para além dos oceanos, e esse mundo ademais se atribui à Espanha e realiza sua conquista: alguns bandos compostos não mais de algumas centenas de espanhóis, se lançavam quase ao acaso através de países desconhecidos, entre milhões de homens que poderiam ser amigos, porém aos quais tornava inimigos pela prática de violências e brutalidades inauditas; seguros de sua vitória, ainda que privados de toda comunicação com a mãe pátria, iam sempre adiante, vendo distintamente a virgem Maria, Santiago de Compostela e outros dignatários celestiais que acudiam para tomar parte na matança dos infiéis. Não era, pois, estranho que, assim protegidos pelo céu, tivessem, além disso, os espanhóis, por uma maravilhosa conjuntura dos astros, a sorte de ver seu rei, quase menino, por sobre sua cabeça a coroa do “Santo Império Romano” que havia cingido as cabeças de César e de Carlos Magno. Nada parecia impossível: a monarquia universal, imagem terrestre do infinito reino dos céus, parecia encontrar-se já nas vésperas de estender-se sobre o mundo.

E, não obstante, por uma pungente ironia das coisas, a Espanha, alcançando a hegemonia da Europa, encontrava-se em plena decadência: os mesmos meios pelos quais havia realizado sua elevação eram os que deviam produzir sua irremediável queda. A história detalhada do século XVI demonstra como a Espanha, colhida na engrenagem dos acontecimentos humanos, se viu absolutamente incapaz de resolver os problemas da natureza, industriais, econômicos, intelectuais e morais que se apresentavam aos homens, e como com toda a aparência de força, caiu lamentavelmente na impotência absoluta, devido a que nesse país havia-se esgotado o manancial de toda força: a liberdade individual e a autonomia comunal haviam desaparecido.